Relatório Anual da Fase II do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (Projeto Redes)

1º Relatório Anual da Fase II do PEA Costa Verde (Projeto Redes)

Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21
Revisão 01
Novembro/2021

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO 4

I.1 RECORTE ESPACIAL E IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES 4

I.2 RELAÇÃO CRONOLÓGICA DOS EVENTOS REALIZADOS 4

II. ANÁLISE SUCINTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO NO PERÍODO - AVANÇOS E DIFICULDADES 7

II.1 PREVISÃO E REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES 7

II.2 RESULTADOS ALCANÇADOS 9

II.2.1 MESOTERRITÓRIOS 10
II.2.2 GRUPOS DE TRABALHO 17
II.2.3 LIMITAÇÕES E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLEMENTAÇÃO 27
II.2.4 PERSPECTIVAS FUTURAS – CAMINHOS A PERCORRER 28

III. EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA ANUAL 30

IV. EQUIPE TÉCNICA 32

V. ANEXOS 33

I. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o primeiro Relatório Anual do Projeto Redes[1], desenvolvido no âmbito dos Programas de Educação Ambiental PEA-SP (Região 3) e PEA-Rio (Região 4). O documento se refere às atividades desenvolvidas no período de outubro de 2020 a setembro de 2021. Tem como objetivo oferecer uma visão panorâmica do conjunto de atividades realizadas pelo projeto, trazendo uma análise sobre seu desenvolvimento e apresentando dados da sua execução físico-financeira.

I.1 Recorte Espacial e Identificação das Localidades

O Projeto Redes está sendo executado nos municípios de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba (no estado de São Paulo) e Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba (no estado do Rio de Janeiro), abrangendo 111 comunidades distribuídas em três mesoterritórios (anexo I).

I.2 Relação Cronológica dos Eventos Realizados

Ao longo do período que retrata o presente relatório, as atividades desenvolvidas em campo pelo Projeto Redes estiveram divididas basicamente em quatro tipos: Visitas de Convivência (VCs), Reuniões de Comissão (RCs), Reuniões de Articulação (RAs) e Ações Formativas (AFs).

Além disso, foram realizadas diversas reuniões de planejamento, acompanhamento e orientação pedagógica, Oficinas de Formação e Planejamento Continuado da Equipe Executora (OFPCs), Reuniões de Planejamento de Campo (RPCs), Reuniões temáticas, Reuniões para revisão do Plano de Trabalho e Ações Formativas Agrupadas para Equipe (AFAs).

[1] Antigo Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde. O processo de alteração do nome contou com a participação de mais de 50 pessoas entre educadores e comunitários e teve as seguintes motivações, conforme Ofício nº 051/2021 – OTSS/FIOCRUZ, que foi protocolado através da carta MS/LCA/MPL-E&P/MPL-AGUP-LIBRA-BUZIOS 0332/2021, de 06/setembro/2021: as expressões "Projeto de Educação Ambiental" e "Costa Verde" estão em disputa e não necessariamente refletem o espírito da nossa ação ou de nossa abrangência territorial; as propostas do nome "Redes" e da assinatura "Tecendo Saberes, Construindo Autonomia" são oriundas do processo de elaboração do Plano de Comunicação do projeto e remetem tanto a redes de pesca como à articulação de redes para a defesa do território, o que avaliamos se aproximar mais do que estamos efetivamente a construir.

Atividades de formação de equipe e planejamento

Ao longo do primeiro ano de execução do Projeto Redes, foram realizadas a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª OFPCs, nos meses de janeiro, fevereiro e setembro, que serão mais detalhadas no item GT Formação.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março foram realizadas 16 RPCs nas quais foram debatidos temas relevantes para a retomada das atividades do Projeto Redes, tais como avaliação dos resultados da Fase I; divisão da equipe entre os territórios e grupos comunitários; discussão e construção do processo de revisão do plano de trabalho; diagnóstico e caracterização das comunidades por mesoterritórios, entre outros.

No período entre janeiro e abril foram realizadas 08 Reuniões de Consulta e Revisão do Plano de Trabalho, tendo como sujeitos da ação a própria coordenação do OTSS, o Colegiado de Gestão Territorial do OTSS, os educadores do Projeto Redes e representantes de organizações comunitárias atuantes no macro e mesoterritórios de atuação do projeto.

No período entre abril e setembro foram realizadas 06 Ações Formativas Agrupadas (AFAs) com a equipe executora. As atividades abordaram temas como: retomada do contato com as comunidades no formato virtual, soberania alimentar, agroecologia e economia solidária, licenciamento ambiental e as propostas de mudança na legislação atual, pesca artesanal (modalidades, causos e histórico no Brasil) e contabilidade popular.

Ainda, foram realizadas 01 Reunião temática ampliada e 04 reuniões temáticas mensais. O anexo II apresenta um resumo das principais atividades formativas e de planejamento desenvolvidas no primeiro ano de execução do Projeto Redes.

Atividades desenvolvidas com os grupos comunitários

As atividades e contatos com as comunidades aconteceram a partir de maio de 2021, em sua maior parte de forma virtual. Algumas poucas atividades de campo realizadas presencialmente, no período de abril a agosto, foram discutidas e avaliadas caso a caso pelo Núcleo Gestor Político Pedagógico (NGPP) e ocorreram em caráter excepcional, respeitando-se todos os protocolos sanitários e de segurança contra a Covid-19. Foi apenas no mês de setembro, após a elaboração do Plano de Retomada de

Atividades Presenciais, que o Projeto Redes iniciou a retomada gradativa das visitas de convivência e reuniões de comissão presenciais.

As Visitas de Convivência (VCs) são idas às comunidades feitas pela equipe técnica sem horário marcado ou duração pré-definida[2]. No formato virtual, as VCs se constituíram por conversas mais informais via *WhatsApp*, com grupos já constituídos na Fase I, ou via conversa direta com pescadores, pescadoras e comunitários.

As Reuniões de Comissões (RCs) são aquelas realizadas com o grupo de comunitários frequentemente mais envolvido nas atividades do Projeto Redes na comunidade. No ambiente virtual, as RCs aconteceram via plataforma *Google Meets*. Na retomada às atividades de campo, as RCs aconteceram em locais abertos, ventilados, respeitando o distanciamento social, com o uso e a disponibilização de máscaras e álcool 70% para as equipes e comunitários.

As Reuniões de Articulação (RAs) são reuniões com instituições-chave do território para desenvolvimento de alguma atividade em conjunto com o Projeto Redes ou para melhor compreensão de problemáticas e questões levantadas pelas comunidades. Essas instituições podem ser da administração pública, do terceiro setor ou associações e movimentos sociais. No ambiente virtual, as RAs aconteceram via plataforma *Google Meets*.

As Ações Formativas (AFs) são as atividades educativas também idealmente desenvolvidas pela equipe técnica do Projeto Redes em conjunto com a comunidade, a partir da realidade local e dos temas geradores, mas sob um olhar mais ampliado do processo educativo, levando em consideração temas surgidos naquela comunidade e a perspectiva de regionalização. São agendadas previamente. No ambiente virtual, as AFs aconteceram via plataforma *Google Meets*.

Ao longo do período de abrangência do relatório, foram realizadas um total de 290 VCs, 54 RCs, 03 RAs e 01 AF, conforme anexo III. No anexo IV, para fins de conhecimento, apresentamos as 45 atividades presenciais realizadas e em quais comunidades ocorreram.

A grande maioria dos contatos até o momento foi por meio de Visitas de Convivência e Reuniões de Comissão, com o objetivo de apresentar/reapresentar o

[2] Tem como objetivos se aproximar do público prioritário a partir da vivência de seu cotidiano; buscar novos contatos e/ou aproximação com comunitários que ainda não participam das atividades do projeto; participar de eventos e/ou encontros da comunidade que são abertos ao público em geral ou para os quais a equipe foi convidada a fim de estreitar os laços de confiança com a comunidade; e/ou acompanhar processos e movimentos coletivos e etc.

Projeto Redes, a Campanha "Cuidar é Resistir"[3], bem como realizar o levantamento da situação da pandemia de Covid-19 e uma avaliação do uso de instrumentos de comunicação remota junto aos sujeitos prioritários do Projeto Redes.

II. ANÁLISE SUCINTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO NO PERÍODO - AVANÇOS E DIFICULDADES

II.1 Previsão e realização das atividades

O quadro 1 apresenta as metas deste primeiro ano do Projeto Redes e o que foi alcançado em relação ao que estava previsto.

Quadro 1 - *Metas alcançadas em relação às previstas no primeiro ano do Projeto Redes.*

Objetivos	Etapa	Atividades	Status	Observação
Equipe de campo formada para as atividades iniciais da Fase II	Definição e formação da equipe	Definição do processo seletivo	Realizada	
		Seleção e Recrutamento do Colegiado de coordenação	Realizada	
		Seleção e Recrutamento da Equipe de campo	Realizada	
		Seleção e recrutamento da equipe de pesquisa	Parcialmente	01 pesquisador de doutorado e 01 de iniciação científica. No total são previstos 05 pesquisadores (01 de

[3] A "Campanha Cuidar é Resistir" é coordenada pelo Fórum de Comunidades Tradicionais em diálogo com outras organizações comunitárias dos territórios de abrangência do Projeto Redes. Na primeira etapa da campanha, iniciada em maio/2020, foram distribuídas cerca de cinco toneladas de alimentos, máscaras, produtos agroecológicos e materiais de higiene para mais de mil famílias. A segunda etapa da Campanha, iniciada em abril/2021, conta com recursos provindos de diferentes parceiros, incluindo-se da Petrobras, e fornecerá cestas básicas com produtos agroecológicos às comunidades mais vulnerabilizadas e comprará produtos agrícolas e pescados das comunidades tradicionais e/ou pesqueiras, evitando assim que outras comunidades cheguem a essa situação extrema. Além disso, realizará atividades de comunicação que contribuam com o enfrentamento da pandemia nos territórios. A decisão por apoiar a campanha se fundamenta no entendimento de que atividades emergenciais não podem ser entendidas apenas como demandas de curto prazo e, sim, como oportunidades de potencializar processos formativos que ampliem o diálogo entre os comunitários de cada comunidade e que fortaleçam a relação entre as organizações comunitárias mediante uma governança coletiva e participativa, na qual o protagonismo dos comunitários e/ou pescadores artesanais deve ser um dos objetivos a ser alcançado. **.** Mais informações podem ser obtidas no site: https://www.preservareresistir.org/single-post/campanha-cuidar-resistir-amplia-apoio-nas-comunidades **".**

				Doutorado; 02 de Mestrado e 02 de IC)
		OFPC da Equipe Executora	Realizadas	3
		Reuniões de planejamento do campo	Realizadas	16
Readequação do Plano de Trabalho no período da pandemia da Covid-19	Atualização do Plano de Trabalho	Revisão e atualização do Plano de Trabalho	Realizada	08 reuniões realizadas e o Plano finalizado
		Diagnóstico Covid-19	Parcialmente	Primeira versão
		Revisão anual do Plano de Trabalho	Realizada	Ano 1
Formação continuada da equipe	Aprofundamento e sistematização dos temas geradores dos territórios que subsidiarão as atividades em campo, os cursos da rede de formação socioambiental e a pesquisa-ação	Reuniões quinzenais da equipe	Realizadas	13
		Reuniões temáticas mensais por blocos temáticos.	Realizadas	4
		Reuniões temáticas ampliadas envolvendo os participantes das reuniões temáticas mensais de todos os blocos temáticos	Realizada	foi realizada 1 para discussão do diagnóstico Covid-19
Criação da Coordenação Político-Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental	Criação da Coordenação Político-Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental	Definição dos participantes do Núcleo Gestor	Realizada	novembro de 2020
		Definição dos participantes da equipe de educadores populares	Realizada	Os educadores de cada mesoterritório se reuniram e definiram os 2 participantes titulares.
		OFPC da Equipe Executora	Realizada	
		Reuniões para diálogo com comunidades e organizações	Parcialmente	Devido à pandemia, propõe-se uma nova configuração a ser vista no item "Constituição da Coordenação Político Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental"
		Reuniões para diálogo nos microterritórios	Idem acima	
		Reuniões para diálogo nos mesoterritórios	Não realizada	Prevista para novembro de 2021.
		Reunião para diálogo com organizações comunitárias – macroterritório	Não realizada	Prevista para novembro de 2021

Ações de pesquisa, avaliação e monitoramento	Ações continuadas ao longo do projeto	Avaliação Continuada e Permanente do Projeto	Continuada	Avaliação qualitativa realizada nos diversos espaços de gestão do projeto, ainda não estruturada formalmente
		Levantamento e Sistematização de dados secundários	Realizada	Ano 1
		Atualização do diagnóstico participativo	Não realizada	
		Análise da organização das comunidades	Parcialmente	Proposta metodológica (Anexo VI do Relatório Anual)[4]
Processos organizativos no território estimulados e fortalecidos		Visitas de Convivência	Realizadas	

II.2 Resultados alcançados

A seguir, é apresentado um relato analítico sobre os principais resultados alcançados ao longo deste ano. Esta análise será conduzida a partir das duas esferas de **Governança e Gestão do Projeto Redes,** a saber: a multiescalaridade territorial e os Grupos de Trabalho (GTs).

A Governança e Gestão do Projeto Redes está sendo coordenada pelo Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (parceria entre Fiocruz e Fórum de Comunidades Tradicionais) em parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) e com a Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua coordenação é realizada por um Colegiado composto pelo Núcleo Gestor Político-Pedagógico (NGPP) e pelos Coordenadores de Mesoterritório.

Na proposta de pensar a governança viva, o território é o centro da definição das necessidades e da implementação de soluções. Por isso, para consolidar essa governança,

[4] A proposta metodológica de análise das organizações comunitária encontra-se no anexo VI. Inicialmente, realizamos: 1) uma revisão bibliográfica a fim de embasar a análise da organização comunitária no Projeto Redes e associar os instrumentos e os processos de registro e sistematização da organização das comunidades; 2) Questionário de Percepção da Equipe de Campo atualizado para a Fase 2; 3) Modelo de Relatório de Atividade por Comunidade acrescido de item voltado a registrar e avaliar regularmente a evolução dos processos organizativos nas comunidades; 4) Planilha de Fortalecimento das Organizações Comunitárias atualizada; 5) Proposta de Avaliação Coletiva da Organização Comunitária do Período das Atividades Presenciais. Os próximos passos serão alimentar a planilha de fortalecimento das organizações comunitárias e a aplicação da proposta de avaliação coletiva da Organização comunitária

definiu-se trabalhar com a referência multiescalar (comunidades, microterritório, mesoterritório e macroterritório), pois pressupõe um nível de detalhamento de observação, reflexão e ação em relação a elementos e/ou relações em uma determinada abrangência espacial. Essa perspectiva multiescalar se apresenta como uma importante ferramenta metodológica, que tem contribuído tanto para o entendimento deste território, quanto para seu gerenciamento sob aspectos operacionais de execução.

Ademais, para dar mais eficiência ao processo, foram organizados GTs que integram coordenadores e educadores para refletir, desenvolver e executar atividades específicas. Atualmente, há seis GTs. A articulação entre eles se dá nas reuniões do NGPP e do Colegiado e, quando necessário, entre GTs. A seguir, são apresentadas detalhadamente as principais atividades e reflexões a partir da ótica multiescalar e dos GTs.

II.2.1 Mesoterritórios

Neste primeiro ano de execução do Projeto Redes, podem-se observar dois momentos de trabalho da equipe: um primeiro momento preparatório, com atividades de formação internas e, um segundo momento de retomada das atividades de campo, a princípio virtual e, posteriormente, presencial. As oficinas de formação, reuniões de planejamento de campo, ações formativas, reuniões temáticas e reuniões de mesoterritório foram organizadas buscando analisar a conjuntura sociopolítica do território, seus conflitos e potencialidades; compreender e se apropriar de conceitos de educação ambiental crítica, educação popular e educação diferenciada; refletir sobre a atuação do projeto em tempos de pandemia; aprender com experiências da fase anterior; ter um entendimento da estrutura do OTSS e seu modelo de governança, numa perspectiva de interação e articulação entre os projetos; e alinhar algumas estratégias de entrada em campo para os grupos comunitários novos e para retomada das atividades com os grupos comunitários que já participavam da Fase I.

Algumas atividades realizadas por todos os mesoterritórios foram: (1) participação nos Grupos de Trabalho para discutir o Plano de Trabalho; (2) Diagnóstico da Covid-19; (3) Organização e início da entrada em campo; (4) Apoio na construção da logística da Campanha “Cuidar é Resistir”.

Ademais, houve uma articulação envolvendo os três mesoterritórios para a participação das pescadoras e pescadores artesanais na audiência pública virtual referente ao licenciamento ambiental relativo à atividade de produção de petróleo e gás natural no Campo de Bacalhau, Bacia de Santos, sob a responsabilidade da empresa Equinor Brasil Energia Ltda, o que resultou na articulação de duas cartas das organizações comunitárias do território: (1) exigindo a Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa Fé; (2) solicitando a inclusão dos municípios de Angra dos Reis e Paraty na área de impacto direto do empreendimento.

A seguir, são relatadas sinteticamente as principais atividades desenvolvidas em cada mesoterritório.

Mesoterritório SP

No Mesoterritório São Paulo, composto por Ilhabela, São Sebastião e Caraguatatuba, a retomada das atividades de campo se deu a partir das primeiras tentativas em contatar referências nas 41 comunidades que o compõem. Foram feitos contatos individuais, criados grupos de *WhatsApp* e/ou utilizado os que já tinham sido criados na Fase I. De maneira geral, iniciou-se um diálogo com algumas lideranças e comunitários para apresentar o que é o projeto e seus objetivos; os elementos gerais do plano de trabalho, de forma bastante simplificada; a conformação da gestão dessa nova fase (consórcio) e as principais diferenças da Fase I para a Fase II. Esse processo foi apoiado pelos materiais elaborados pela equipe de comunicação (guia de apresentação; vídeo; podcast).

Apesar dos avanços ao longo desses meses, foram verificados alguns desafios no decorrer dos contatos virtuais. Os desafios apareceram nos limites dos comunitários ao acesso a equipamentos de celular e computador adequados e aos sinais de operadoras de celular e internet. Isto limitou o recebimento de materiais de comunicação em PDF, de imagens e vídeos e a participação em atividades remotas. O mais expressivo foi a dificuldade de manter uma dinâmica de trabalho remoto com os pescadores e pescadoras artesanais. Poucos têm conhecimento e familiaridade com plataformas para reuniões virtuais, afirmavam não ter memória suficiente no celular para baixar o aplicativo, alegavam possuir um sinal de internet bastante precário, ausência de créditos no celular, o que gerava um baixo nível de participação. Em relação aos grupos de *WhatsApp,* percebeu-se um esgotamento na interação com a comunidade por não ter como seguir

adiante com certas pautas devido às limitações da pandemia. Isso prejudicou bastante a relação de confiança entre os educadores e os comunitários, visto que estes já possuem uma grande resistência a projetos que chegam no território.

O início das atividades presenciais no mês de setembro estimulou a equipe com a possibilidade de conseguir de fato apresentar o Projeto Redes às comunidades novas e os objetivos da Fase II ao conjunto comunitário dos Mesoterritórios como um todo. Em ocasião dos encontros presenciais, foi possível também identificar demandas e questões específicas das comunidades que subsidiarão os temas a serem trabalhados, as trocas e articulações entre comunidades e os cursos da Rede de Formação Socioambiental.

Nos microterritórios SP 01 e SP 02, localizados no sul de São Sebastião, foram levantadas as seguintes demandas que estão sendo discutidas com as comunidades: (i) o processo de recadastramento e cadastro do Registro Geral da Pesca (RGP) para obtenção e/ou regularização das carteirinhas de pesca; (ii) a regularização fundiária (ranchos caiçaras, territórios em disputa); (iii) o resgate e demarcação de roças caiçaras; (iv) o direito ao espaço de comercialização caiçara (artesanato, escoamento do pescado).

No microterritório SP 03, que abrange o norte de São Sebastião e Caraguatatuba, existe um desafio no diálogo junto a algumas comunidades devido ao passivo gerado pelo Programa de Ação Participativa para a Pesca (PAPP). Por outro lado, tem-se avançado com a comunidade do Araçá, onde o Projeto Redes vem apoiando a atividade formativa sobre Monitoramento Ambiental Comunitário da Baía do Araçá. Na comunidade da Cocanha foi realizada a primeira partilha com o tema do Turismo de Base Comunitária (TBC) junto à Incubadora de Tecnologias Sociais do OTSS e à Rede de TBC Nhandereko em 26 e 27 de outubro de 2021. O processo de organização desta partilha teve início em julho, sendo realizadas até setembro, 03 reuniões de articulação e mobilização junto à comunidade.

Em Ilhabela, destaca-se a demanda pela demarcação de roças caiçaras. A equipe do Projeto Redes, em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) do Estado de SP, foi acionada para reiniciar este processo de demarcação nas comunidades da Baía dos Castelhanos. O processo de retomada teve início no mês de junho, e foi aprovada pelo Núcleo Gestor do Projeto Redes como uma atividade que poderia ser conduzida presencialmente, em caráter de exceção, dado o curto prazo da vigência da Resolução SIMA nº 28, de 17 de abril de 2020, a qual facilita o processo de autorização da demarcação das roças. Esta resolução, que trata da autorização

da demarcação das roças caiçaras em caráter de emergência, facilitando o processo para as populações tradicionais no estado de São Paulo, foi prorrogada conforme o dispositivo do Parágrafo Único do artigo segundo. Para isso, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, editou e publicou a Resolução SIMA nº 111 de 30 de dezembro de 2020, segundo a qual formaliza, em seus atos administrativos, a prorrogação da Resolução SIMA nº 28 de 18 de abril de 2020. Até o mês de setembro, os educadores foram semanalmente à Baía, e foram demarcadas 24 áreas de roça. O processo de demarcação fez emergir na comunidade uma série de demandas, reflexões e discussões como, por exemplo: (i) a realização de mutirões; (ii) a construção de casas de farinha; (iii) a necessidade de sementes e ramas de mandioca; (iv) a discussão pela ampliação da participação das comunidades na gestão do território tradicional, dentre outras. A partir da avaliação de que este é um tema gerador que dialoga com uma série de questões levantadas, está sendo planejada para o próximo período a organização de atividades com o intuito de compreender os diferentes **Usos Coletivos**. Portanto, a partir de ferramentas que possibilitem a reflexão compartilhada destes usos em todo o território de Castelhanos, será possível apoiar o processo de "dotar de vida" todo o território tradicionalmente ocupado por essas comunidades caiçaras. Este processo possibilitará avançar em um debate sobre as políticas públicas de reconhecimento territorial e propiciará um diálogo junto ao poder público com o objetivo de reconhecer o território de uso dos caiçaras da Baía dos Castelhanos, como por exemplo, os instrumentos de "Acordos Voluntários para o Desenvolvimento de Atividades Tradicionais Sustentáveis" preconizados pela Resolução SMA nº 189/2018).

Além das atividades diretas com as comunidades, tem ocorrido o acompanhamento do Coletivo de Educação Diferenciada de Ilhabela, composto por professores da rede municipal, por educadores do projeto Redes, por integrantes do próprio Coletivo e por outros parceiros e parceiras. A equipe tem apoiado tanto as reuniões do Grupo de Trabalho, que está mais responsável pelo planejamento das atividades, quanto reuniões ampliadas do Coletivo que envolvem outros professores e professoras e gestores das Secretarias Municipal e Estadual da Educação. A atuação junto a este Coletivo tem sido um eixo importante de discussão e ação na região, principalmente desde que as escolas nos territórios abrangidos pelos microterritórios SP 05 e SP 06 foram classificadas como escolas do campo, via Decreto Municipal nº 8.267/2020.

Ainda se faz necessário para o Mesoterritório SP amadurecer estratégias de como efetivar os próximos passos das atividades em campo: a apresentação da proposta de Rede de Formação Socioambiental, a conformação das comissões de base em cada comunidade, a indicação de comunitários para compor os microterritórios, o mesoterritório e a Coordenação Político Pedagógica da Rede.

Mesoterritório Interestadual

O Mesoterritório Interestadual é composto pelos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ), sendo constituído por 7 microterritórios e 37 comunidades, algumas isoladas e cujo acesso é difícil, possível somente por embarcação. Neste período do primeiro ano do Projeto Redes, as atividades realizadas pela equipe do Mesoterritório Interestadual correspondem ao conjunto do que foi designado e supracitado no item: Atividades desenvolvidas com os grupos comunitários.

Os avanços se constituíram a partir das primeiras tentativas de contatar referências nas 37 comunidades. Foram feitos contatos individuais, criados grupos comunitários de *WhatsApp* e utilizados os que já tinham sido criados na Fase I. Entretanto, os desafios apareceram nos limites dos comunitários de acesso a equipamentos de celular e computador adequados e aos sinais de operadoras de celular e internet. Isto limitou o recebimento de materiais de comunicação em PDF, de imagens e vídeos e a participação em atividades remotas. Ainda assim, a equipe buscou permanentemente enviar materiais e divulgar informações como a do Encontro de Justiça Socioambiental, entre outras atividades de interesse das comunidades.

A equipe de educadores esteve empenhada em buscar informações sobre a situação das comunidades durante a pandemia de Covid-19. Tentou-se, junto aos comunitários, saber como estavam o isolamento social, as atividades econômicas desenvolvidas pela comunidade e os casos de adoecimento. A divulgação do calendário de vacinação dos municípios nos grupos de *WhatsApp* foi uma estratégia para estimular a busca pela vacina e para manter a comunicação.

Aconteceram duas importantes mobilizações em escalas municipais. Uma delas foi para participação na audiência pública virtual da petroleira Equinor Brasil Energia Ltda, referente ao licenciamento ambiental relativo à atividade de produção de petróleo e gás natural no Campo de Bacalhau, Bacia de Santos. A outra foi a reunião e audiência pública sobre a proposta de criação do “Parque Estadual Marinho Tartaruga-de-Pente",

no Entorno Marítimo do Parque Estadual Ilha Anchieta, em Ubatuba. Ambas possibilitaram articulação comunitária para tratar dos possíveis impactos na pesca artesanal. Estes foram momentos importantes para que a equipe de educadores pudesse realizar ações práticas de educação ambiental junto aos comunitários.

O início das atividades presenciais no mês de setembro estimulou a equipe com a possibilidade de conseguir de fato apresentar o Projeto Redes às comunidades novas e os objetivos da Fase II ao conjunto comunitário do Mesoterritório como um todo. Na ocasião dos encontros presenciais, foi possível também levantar demandas e questões específicas das comunidades que subsidiarão os temas a serem trabalhados com as comunidades, as trocas e articulações entre comunidades e os cursos da Rede de Formação Socioambiental. Houve situações em que a articulação com o projeto Povos se mostrou produtiva, facilitando o contato dos educadores com algumas comunidades. O suporte da equipe à distribuição de cestas em algumas das comunidades de Paraty permitiu iniciar ou retomar o diálogo. Há ainda o desafio dos cuidados e da cautela na ida às comunidades por segurança sanitária, enquanto dura a pandemia de Covid-19.

Ainda se faz necessário para o Mesoterritório Interestadual amadurecer estratégias de como realizar as tarefas em campo. Ou seja, de como efetivar, nas primeiras atividades de campo presencial: a apresentação da proposta de Rede de Formação Socioambiental, a conformação das comissões de base em cada comunidade, a indicação de comunitários para compor os microterritórios, o mesoterritório e a Coordenação Político Pedagógica da Rede.

Mesoterritório RJ

O Mesoterritório RJ tem uma particularidade de conter duas grandes e complexas regiões com características sociais, culturais e econômicas bem distintas: as 16 comunidades insulares da Ilha Grande, que possuem também distinções internas entre seus 3 Microterritórios, e as 17 comunidades do continente, com 3 Microterritórios, também com significativas diferenças entre as comunidades de Mangaratiba e Angra dos Reis.

Destacam-se neste ano alguns temas mais significativos levantados e apoiados pelos educadores do Projeto Redes, que a equipe entende como temas geradores que serão objetos de aprofundamento e intervenções por parte da Rede de Formação Socioambiental, a saber:

a) Os processos de eleição de novas diretorias para algumas Associações de Moradores, tal como na comunidade do Bananal; e para Associações de Pesca, como: Muriqui, Marambaia e Sahy, são importantes para se pensar processos formativos voltados às lideranças em relação à gestão destas Associações;

b) O Coletivo de Associações da Ilha Grande mereceu atenção e cuidados especiais, pois foi fruto de trabalho de associativismo, apoiado pelo projeto, e que estimula a participação de novas lideranças e novas associações;

c) Uma participação mais qualificada na formação do Conselho Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Aventureiro, na Ilha Grande, cujo objetivo é conciliar a preservação dos ecossistemas locais com a cultura caiçara, valorizando os modos de vida tradicionais, assim como as práticas em bases sustentáveis desenvolvidas pela população tradicional beneficiária da Unidade de Conservação (UC), potencializaria a atuação dos comunitários no Plano de Manejo da RDS, bem como na própria gestão da UC;

d) A "Pesca" é um tema gerador recorrente às comunidades de Mangaratiba, em especial este ano, com: 1) enfrentamento do problema do aumento da presença do "*cabelo de bruxa*" e do lodo, que se vem observando em algumas praias da região; 2) Fiscalização desproporcional do IBAMA/INEA/APA Boto Cinza, segundo relatos das comunidades pesqueiras, que exige maior respaldo das Associações de Pesca aos pescadores afetados e formação técnica adequada para esclarecimentos de direitos e deveres do pescador nesse contexto. A ASSOPESCA é uma referência de atuação no território, mas há necessidade de fortalecimento das demais Associações de cada comunidade, como Muriqui, Marambaia e Sahy.

e) Há um movimento em Mangaratiba, destacando-se a Ilha de Jaguanum, em busca de novas alternativas de geração de renda ligadas à atividade pesqueira, como cultivo de algas e mexilhões.

f) A articulação que vem sendo feita da equipe do Projeto Redes com o projeto Povos e com a equipe do ICMBio, responsável pela gestão da Estação Ecológica (ESEC) Tamoios, tem um grande potencial, já que os encaminhamentos dessa articulação vão no sentido da construção participativa do Termo de Compromisso entre ICMBio e os pescadores artesanais da Praia Vermelha de Mambucaba. Esse é um tema muito importante não só para a comunidade em questão, mas pode ser um caminho a ser seguido por outras comunidades do Mesoterritório RJ.

g) O trabalho junto ao Colégio Estadual Pedro Soares, no Provetá, na Ilha Grande, com o objetivo de aproximar o Colégio da comunidade, que vem sendo feito desde a primeira fase do Projeto Redes, de forma que a comunidade participe mais do dia a dia da unidade escolar e ambos se fortaleçam. Há também o trabalho do Programa "Escolas do Território", do IEAR/UFF, desenvolvido no mesmo Colégio e no Colégio Estadual Brigadeiro Nóbrega, na Vila do Abraão, também na Ilha Grande.

h) Por fim, as reuniões de articulação sobre o licenciamento ambiental relativo à atividade de produção de petróleo e gás natural no Campo de Bacalhau pela empresa Equinor e sobre a ação contra as empresas poluidoras da baía de Sepetiba e da baía da Ilha Grande. Essa articulação teve início em agosto, após a audiência pública virtual sobre o licenciamento ambiental relativo à atividade de produção de petróleo e gás natural no Campo de Bacalhau, sob a responsabilidade da empresa Equinor, e, a partir da repercussão das manifestações protocoladas pelas comunidades e organizações contra o empreendimento, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro realizou uma reunião virtual para ouvir os pescadores e pescadoras, comunidades tradicionais e movimentos sociais sobre os impactos socioambientais causados pelos empreendimentos que exploram petróleo e gás na região.

A realização das primeiras atividades presenciais em algumas das comunidades a partir de setembro vem estimulando muito a equipe, já que essa é uma demanda constante de muitas comunidades. Espera-se que com as atividades presenciais, a mobilização nas comunidades em torno do projeto se fortaleça na medida em que se aumente o percentual de vacinação completa de todas as comunidades e se amplie a margem de segurança sanitária para os encontros presenciais.

II.2.2 Grupos de Trabalho

- GT Revisão do Plano de Trabalho

Uma das tarefas mais árduas dos primeiros seis meses do Projeto Redes foi a revisão do Plano de Trabalho de sua fase II, uma vez que significou um processo coletivo de entendimento, análise, avaliação da proposta inicial, que foi elaborada durante a Fase I em um contexto pré-pandemia Covid-19, e realização de adequações necessárias para a implementação do mesmo pelo novo consórcio executor em um cenário pandêmico.

Para tanto, como já mencionado em outros momentos, foi criado um grupo de trabalho no âmbito da equipe do projeto (coordenadores e educadores populares), que construiu uma metodologia específica para orientar o processo de revisão anual. Cabe destacar que foram realizados encontros com representações das organizações comunitárias de abrangências (micro, no âmbito das comunidades, e macro, no âmbito regional e nacional) que tiveram um caráter consultivo, praticando a "escuta ativa" e a governança participativa dos atores que se relacionam diretamente com o Projeto Redes. É importante mencionar que esses encontros estimularam a equipe a colocar em prática a noção da "Participação Organizada" junto aos sujeitos prioritários desses planos.

Foi nesse processo de debates que a proposta de alteração do nome do projeto surgiu, dando vida, então, ao Projeto Redes – "que reafirma o objetivo desta segunda fase do projeto em celebrar as práticas pesqueiras nas comunidades tradicionais e em compor redes de apoio, troca e reflexão crítica sobre os impactos causados pela exploração do pré-sal"[5]. Ademais, outra alteração significativa foi tornar atividade permanente a discussão dos blocos temáticos, a qual havia sido prevista pela Fase I apenas para ocorrer em alguns meses do projeto. Essa alteração possibilita ampliar os momentos reflexivos junto aos educadores sobre as práticas realizadas nos Mesoterritórios, de modo a contribuir com uma práxis contínua que subsidiará a Rede de Formação Socioambiental e norteará a Pesquisa, Avaliação e Monitoramento do projeto.

- GT Formação

Para desenvolver os processos formativos, foi constituído o GT Formação com o objetivo de coordenar, organizar e executar todas as ações formativas, voltadas para o melhor cumprimento dos objetivos do Projeto. Nestas ações, incluem-se principalmente as OFPCs e as AFAs, mas também, as RPCs.

Foram realizadas esse ano, enquanto Ação Formativa básica, um total de quatro (04) **OFPCs**, cujos objetivos e temas foram os seguintes:

OFPC I: Apresentação dos participantes e alinhamento técnico de temas relativos à conjuntura sociopolítica e territorial do PEA Costa Verde; apresentação dos atores sociais envolvidos na construção do PEA Costa Verde Fase II: Fórum de Comunidades

[5] Para mais informações sobre a alteração do nome do PEA para projeto Redes: https://open.spotify.com/episode/4TO4RxJ7u3ZKAAec93NmlW?si=6160d66fff5d45b4

Tradicionais (FCT), OTSS, UFF, UNESP; e apresentação de sínteses teóricas como base para a elaboração coletiva de conceitos e bases metodológicas para a execução do PEA.

OFPC II: Educação popular e educação diferenciada: vivências e conceitos; Educação Ambiental Crítica: construção do conceito; Educação popular e o movimento: fortalecimento comunitário.

OFPC III: Resistência e bandeira de luta: organizações comunitárias no território do PEA; Desafios para organização dos movimentos sociais dentro da conjuntura atual.

OFPC IV: Debate sobre a constituição da Coordenação Político Pedagógica (CPP) e da Rede de Formação Socioambiental. Essa oficina ocorreu em formato semipresencial, estruturado em um dia de atividade em ambiente virtual, com toda a equipe PEA, e um dia de encontro presencial em cada mesoterritório.

Além das oficinas, foram realizadas seis (06) **Ações Formativas Agrupadas para equipe** enquanto atividades de estímulo e fortalecimento a processos organizativos no território e de formação da equipe, cujos temas foram: Retomada do campo virtual; Soberania alimentar, agroecologia e Economia solidária; Licenciamento ambiental e Consulta prévia; Pesca Artesanal I e II e Contabilidade Popular. Tais temas foram considerados como prioritários, a partir de avaliações dos educadores dos mesoterritórios. Estas atividades foram voltadas preferencialmente para os educadores numa perspectiva de formação e reflexão temática.

Realizou-se também uma (01) **Reunião Temática Ampliada** para debater aspectos relacionados à pandemia da Covid-19 e o acesso à comunicação pelas comunidades (base do Diagnóstico Covid-19).

- <u>GT Comunicação</u>

Uma das primeiras ações do Projeto Redes foi a elaboração de seu Plano de Comunicação. Sua construção se deu a partir de três oficinas virtuais realizadas com a participação de mais de 50 pessoas, entre educadores do projeto e representantes do FCT. Este plano foi concebido para assegurar que o mesmo componente participativo do projeto fosse incorporado também à comunicação, permitindo aos educadores e às comunidades incidir, de fato, sobre a geração de conteúdo ao longo de todo processo de implementação do projeto.

Desde então, todas as produções de comunicação têm sido construídas no âmbito do GT de Comunicação do projeto, formado por 17 pessoas entre coordenadores,

educadores populares dos três mesoterritórios, além de técnicos de comunicação do OTSS. Dentre os produtos de comunicação realizados entre outubro de 2020 e setembro de 2021, destacam-se:

- Produção de material de apoio para a apresentação do projeto às comunidades e atores sociais estratégicos com atuação no território (Kit Chegança), incluindo um vídeo curto, um guia, um cartaz e um podcast de apresentação geral do Projeto Redes;
- Um videodocumentário produzido com entrevistas envolvendo pescadoras e pescadores artesanais dos municípios da área de abrangência do projeto;
- Um boletim anual com seis conteúdos especiais para divulgação do projeto em seu primeiro ano de implementação;
- Uma formação de introdução à comunicação popular e uma formação em redes sociais realizadas junto aos educadores e educadoras do projeto;
- Seis podcasts e catorze posts publicados sobre o projeto nas redes sociais do OTSS.

Em relação aos produtos previstos originalmente no Plano de Trabalho (um boletim e um videodocumentário anuais), destaca-se que esses passarão pela validação da Petrobras e do Ibama com previsão de publicação para o fim do ano, em data a ser pactuada entre as instituições envolvidas na implementação do projeto (mediante aprovação e eventual ajuste do material a ser protocolado por meio de carta específica quando esses materiais forem finalizados).

- <u>GT Pesquisa, avaliação e monitoramento</u>

Para dar encaminhamento aos temas da pesquisa, avaliação e monitoramento foi criado o GT Pesquisa, composto por coordenadores e educadores populares. Sua primeira tarefa foi criar linhas de pesquisa que dialogassem com o objetivo geral do Projeto Redes: fortalecer os processos de organização autônomos das comunidades com vistas a garantir sua permanência em seus territórios. As linhas de pesquisa, seus respectivos objetivos específicos e as articulações internas estão dispostos no quadro 2.

Quadro 2– *Linhas de pesquisa, objetivos e articulações do GT Pesquisa*.

Linhas de Pesquisa	Objetivos específicos	Articulação
Formação	Monitorar e avaliar: a) O processo de formação crítica e continuada da equipe dos educadores do Projeto Redes; b) Os impactos promovidos nas comunidades pela Rede de Formação Socioambiental do Projeto Redes;	GT Formação
Governança e Gestão	Monitorar e avaliar: a) O Desenvolvimento previsto no Plano de Trabalho; b) Gestão participativa da Coordenação Político Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental; c) O desenvolvimento de uma estratégia de gestão de dados do Projeto.	GT Governança e Gestão
Organização Comunitária	Monitorar e avaliar: a) O desenvolvimento organizacional das comunidades abrangidas pelo Projeto Redes ao longo da Fase II; b) A atuação dos sujeitos do Projeto Redes nas diferentes instâncias de gestão ambiental do território; c) Os Impactos do Projeto Redes para o desenvolvimento de uma economia sustentável das comunidades; d) O desenvolvimento dos projetos experimentais (projetos territorializados de aprendizagem) quanto à sua contribuição para o fortalecimento de iniciativas e organizações comunitárias; e) A situação das comunidades frente à pandemia de Covid-19.	Coordenação de Mesoterritório
Produção de Conhecimentos	Sistematizar e aprofundar o conhecimento sobre os temas geradores abrangidos pelos blocos temáticos.	GT Redes
Perdas e Danos	Contribuir para a mensuração das perdas e danos sofridos pelas comunidades devido aos impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás.	GT Perdas e Danos (OTSS)

Outra atividade inicial deste GT foram os processos seletivos de contratação dos pesquisadores e os desenhos de suas pesquisas, sob a perspectiva da pesquisa-ação participativa e considerando as multiescalas territoriais. No mês de abril, foi realizada a contratação de uma doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade de Ambientes Costeiros, do Instituto de Biociências do Campus Litoral Paulista da UNESP, Giovanna Cioffi, sob orientação do Prof. Dr Davis Gruber Sansolo. Já no mês de setembro, foi contratada Natasha Martins Ferreira, aluna do Curso de Graduação em Pedagogia do IEAR/UFF, para a vaga de Bolsista de Graduação de Iniciação Científica (IC), pelo curso Gestão de Territórios e Saberes (Teresa), para desenvolver o projeto de Pesquisa: "Escolas do Território", sob orientação do Prof. Dr. Domingos Barros Nobre. A coordenação está se organizando para finalizar a contratação dos pesquisadores até dezembro de 2021.

Dentre as atribuições definidas para o GT tem-se, ainda, a organização de dados secundários e o monitoramento e sistematização das informações sobre as comunidades, que estão compilados no anexo V. Para a organização das informações, foi indicada a necessidade de criação de um banco de dados espaciais.

Ressalta-se que, desde quando foi formado, ocorreram diversas mudanças na composição da equipe do GT, o que provocou uma variação no ritmo das atividades. Ademais, dos produtos previstos para entrega neste relatório, três deles previam intensa comunicação com as comunidades para coleta de dados e informações, porém a situação pandêmica do país dificultou significativamente esse contato. São eles: (1) a Análise da Organização das Comunidades, em que foi possível avançar apenas na proposta metodológica (anexo VI); (2) a atualização do diagnóstico participativo, em que não foi possível avançar durante esse ano; (3) e o "Diagnóstico Covid-19 e sobre uso de instrumentos de comunicação remota junto ao público do Projeto Redes" (anexo VII), o qual se avançou parcialmente. Importante mencionar que, com o retorno a campo em setembro, esses três produtos tornaram-se prioridades a serem efetivadas.

Por fim, outro trabalho que membros do GT Pesquisa vêm acompanhando é o GT Perdas e Danos, um grupo de pesquisa dentro do OTSS que integra profissionais interdisciplinares e de vivências distintas – técnicos, acadêmicos e comunitários. Seu objetivo principal é contribuir para a identificação e mensuração dos impactos sofridos pelas comunidades tradicionais em decorrência da cadeia produtiva de petróleo e gás, privilegiando metodologias que garantam o protagonismo dos comunitários nesse processo.

Para o Projeto Redes, esse GT expandido é de crucial importância, pois está diretamente relacionado à Linha de Ação A – **Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental** (Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA n° 01/2010) - que o norteia, uma vez que não é possível prever participação qualificada nos espaços públicos vinculados ao licenciamento ambiental da cadeia de petróleo e gás sem a construção coletiva, livre, prévia, informada e de boa-fé das informações presentes nos estudos de impacto ambiental. Os primeiros resultados desse grupo podem ser conferidos no anexo VIII.

- <u>GT Redes</u>

a) Blocos temáticos

O Plano de Trabalho prevê que, para cada cinco reuniões temáticas mensais, deverá ser realizada uma reunião temática ampliada, cujo objetivo é aprofundá-los em

debate coletivo e construir possíveis sínteses que deverão ser absorvidas pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Rede de Formação Socioambiental.

Foi feita neste início de projeto uma opção metodológica de que as temáticas dos Blocos sejam estudadas com a equipe, por meio de "Estudos de Casos" reais do território. A justificativa para tal escolha é a de que, através de estudos de caso, o debate surja a partir de um fato, fenômeno ou processo real ocorrido no território; possibilitando que os educadores participem do objeto de estudo, pois estão envolvidos na atividade relatada, numa perspectiva de *pesquisa-ação-participante.* Estimula-se assim que a reflexão surja da prática política no território, e não de um estudo teórico.

Após duas reuniões temáticas, chegou-se à conclusão de que seria mais produtivo fundir os blocos temáticos de Governança e Gestão e Justiça Socioambiental, por entender que suas temáticas e reflexões caminhavam para um único sentido. Segue a nova configuração com as temáticas desenvolvidas nos encontros[6]:

Estudo de Caso: *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APAMLN)*.

A reflexão feita neste estudo de caso foi transversal, pois permitiu discutir o caso nas dimensões de todos os Blocos Temáticos.

Governança e Gestão Territorial para Justiça Socioambiental:

- Estudo de Caso: *Problematização sobre a identificação dos impactos no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) e o histórico do que vem sendo construído no GT Perdas e Danos.*
- Estudo de Caso: Gestão participativa em Unidades de Conservação (UC) - o caso da APA Cairuçu e da Ilha das Couves, que embora não esteja sobreposta ao Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), está inserida na APAMLN, e é monitorada pela equipe do Parque pelo fato da comunidade gestora do turismo no local residir na Vila de Picinguaba (totalmente inserida na UC).

[6] O detalhamento das informações de cada estudo de caso será entregue no II Relatório Anual .

Economia Solidária

- Estudo de Caso: As Roças Caiçaras: *Histórico do processo, as estratégias, os desafios e a relação com a soberania alimentar e com a defesa do território*.
- Estudo de Caso: Experiência dos "Quintais Produtivos" da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia e do "Coletivo Mulheres da Terra" de Paraty como instrumento de luta e afirmação de identidade.

Educação Popular e Diferenciada

- Estudo de Caso: *Atuação dos Coletivos de Educação Diferenciada de Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba e Ilhabela.*
- Estudo de Caso: Metodologia de Construção Curricular Diferenciada do Programa: "Escolas do Território" (IEAR/UFF).

Foi identificado que, após os quatro debates realizados neste período, a configuração dos Blocos Temáticos começa a ficar mais bem delineada e mais clara para os educadores, muito em função da acertada metodologia de "*estudo de caso*" adotada. Percebeu-se também que os temas geradores trazidos do território para os estudos nos Blocos Temáticos são muitas vezes transversais e se complementam, atravessando vários Blocos e permitindo que a análise possa ser feita, em um mesmo caso estudado, por diferentes perspectivas e dimensões temáticas.

b) Constituição da Coordenação Político Pedagógica da Rede de Formação Socioambiental

Está previsto para o segundo semestre de 2021 a constituição da Coordenação Político-Pedagógica (CPP) que construirá o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e proporá o projeto da estrutura física da Rede de Formação Socioambiental.

A pandemia, agregada ao fato de existir mais de 40 novas comunidades no projeto, dificultou a indicação de comunitários tradicionais e/ou pescadores artesanais para compor a CPP do modo previsto inicialmente no Plano de Trabalho – por meio da constituição de instâncias de governança participativa dentro das comunidades, nos microterritórios, mesoterritórios e macroterritórios.

Coletivamente, estão sendo buscadas soluções criativas e com segurança sanitária objetivando diminuir essas dificuldades e garantir, ainda que não idealmente, a

constituição de processos participativos junto às comunidades pesqueiras e às organizações comunitárias que envolvem os sujeitos do projeto. Pretende-se que até a primeira reunião da CPP, prevista para acontecer em 08 e 09/12, seja possível atingir mais de 50% da composição da CPP.

Apresenta-se a seguir como está sendo constituída a CPP em cada grupo previsto:

Educadores Populares integrantes do Projeto Redes:

Os educadores de cada mesoterritório se reuniram e definiram autonomamente seus representantes para a CPP. São eles:

- Mesoterritório SP:
  - Titulares: Ana Gabriela de Jesus Araújo e Sabrina Moraes Pereira
  - Suplentes: Bianca Almeida Andrade dos Santos e Enaiê Mairê Apel
- Mesoterritório Inter:
  - Titulares: Paula Callegario de Souza e Patrícia da Silva Santos
- Mesoterritório RJ:
  - Titulares: Anna Beatriz Albuquerque Vecchia e Lúcia Helena Ferreira Guirra

NGPP e Coordenação de Campo do Projeto Redes:

Está prevista a eleição dos representantes – 07 titulares e 07 suplentes – na reunião de coordenação ampliada do dia 10/11.

Mesoterritórios e Macroterritório do Projeto Redes:

O Grupo de Trabalho Redes, que inclui coordenadores e educadores do projeto, construiu metodologias populares para a constituição da CPP junto aos comunitários e às organizações. Os maiores objetivos para os encontros previstos são (1) realizar uma escuta ativa sobre como a Rede de Formação Socioambiental pode contribuir para o processo de organização comunitária, a partir da perspectiva das instituições comunitárias envolvidas; (2) apresentar o que está previsto no Plano de Trabalho da Fase II sobre a Rede e buscar alinhar expectativas e realidade; (3) combinar a indicação das representações.

Para as três indicações de organizações comunitárias de abrangência macroterritorial está prevista uma reunião virtual para o dia 17/11. Dentre os convidados, estão representantes das colônias de pesca de todos os municípios; a Coordenação

Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC); a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); a Comissão Guarani Yvyrupa; a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinha (CONFREM), dentre outros.

Para as indicações dos mesoterritórios, será realizada ao menos uma reunião presencial por meso, seguindo todos os protocolos de saúde previstos, com organizações comunitárias e/ou associações.

c) Campanha "Cuidar é Resistir"

O FCT lançou a segunda etapa da campanha "Cuidar é Resistir" para dar continuidade ao apoio aos territórios tradicionais de Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba e, nessa nova fase, expandir a ação para comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras dos municípios de Mangaratiba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, a fim de incluir os territórios de abrangência do Projeto Redes, também duramente atingidos pelas consequências da pandemia de Covid-19. Entre ações de educação para a saúde e a segurança alimentar, a campanha visa, com o apoio da Petrobras, a distribuição de alimentos e artigos de saúde e higiene às comunidades tradicionais.

Organizada sob os princípios de defesa da vida e do fortalecimento das comunidades tradicionais, a campanha contará com cestas de alimentos da agrobiodiversidade local contendo, além de produtos não perecíveis, produtos agroecológicos *in natura*, minimamente processados, e da pesca artesanal de origem dos territórios indígenas, caiçaras e quilombolas. Essa é uma maneira de fortalecer as trocas solidárias entre as comunidades, assim como a comercialização da produção e a garantia de renda, aspectos afetados pelo estado pandêmico.

Para a segunda etapa da campanha "Cuidar é Resistir", estão previstas a distribuição de 7383 cestas por mês em cerca de 138 comunidades tradicionais entre Mangaratiba e Ilhabela, durante 3 meses. O Projeto Redes disponibilizou sua equipe de campo para apoiar a construção da logística em todos os municípios – desde em levantamentos de espaços para armazenamento das cestas dos produtos não perecíveis, até na organização do transporte (marítimo e terrestre) e no levantamento da oferta e demanda da produção agroecológica disponível nos territórios de atuação. Muitos educadores têm tornado a campanha uma oportunidade de diálogo junto às comunidades sobre seus modos de organização produtiva – agrícola e de pescado – e de

comercialização. A economia solidária vem como pano de fundo para dar corpo a um processo de longo prazo que reflita o comércio justo e solidário, os circuitos curtos de comercialização e, por fim, apareceu em diversas comunidades uma reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC) como alternativa ao turismo predatório integrado à especulação imobiliária.

As discussões desencadeadas com os comunitários e/ou pescadoras e pescadores artesanais demonstraram a necessidade de se realizarem ações formativas sobre as temáticas em torno da agroecologia e da economia solidária.

A primeira delas ocorreu em 23/06/2021 e se intitulou "Mãe Terra: seus frutos e pescados", cujo objetivo foi realizar um debate sobre soberania e segurança alimentar, agroecologia e economia solidária sob a perspectiva das experiências nacionais e locais. A segunda aconteceu em 03/09/2021 e denominou-se "1ª Oficina de Contabilidade Popular: Novos cadastramentos no contexto da pesca artesanal e agricultura familiar". Seu objetivo consistiu em apresentar os modelos atuais de cadastramento e recadastramento para os trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal e da agricultura familiar, assim como os impactos nos direitos previdenciários.

O próximo passo da Campanha será o início da entrega das cestas, previsto para acontecer em dezembro de 2021. Os educadores estarão envolvidos nos diálogos e nas articulações necessárias junto às organizações comunitárias para viabilizar a entrega das cestas.

II.2.3 Limitações e dificuldades encontradas na implementação

O Projeto Redes iniciou-se em meio à pandemia de Covid-19, impossibilitando a entrada em campo de forma presencial. Este foi um dos fatores mais limitantes do desenvolvimento do trabalho. Por causa dessa situação, a entrada em campo ocorreu de forma virtual (a partir de maio) e somente em setembro as atividades presenciais foram iniciadas de forma mais regular. Verificou-se no decorrer deste processo a extrema dificuldade dos comunitários em acessar e utilizar mídias digitais para realização de conversas e reuniões online.

Nas comunidades que participaram da Fase I, devido ao tempo sem contato por parte dos educadores até o início da retomada do diálogo com as comunidades durante a Fase II (por conta do período de seleção de novos educadores nesta fase) verificou-se, em

alguns casos, uma desconfiança a respeito do projeto. Isso também foi consequência do grande tempo sem contato presencial, devido a pandemia. Em relação às novas comunidades, especialmente aquelas em relação às quais o OTSS ainda não tinha atuação, o maior desafio foi encontrar lideranças e conquistar confiança para apresentar e explicar os objetivos do projeto, de modo virtual.

Ainda, um outro fator identificado, especialmente nas comunidades dos municípios de São Paulo, foi o passivo do Programa de Ação Participativa para a Pesca (PAPP). Algumas comunidades têm feito críticas de que os resultados deste programa não atenderam às necessidades das comunidades impactadas pela criação de área de exclusão de pesca durante a instalação, em águas rasas, do gasoduto marítimo do Projeto de Mexilhão.

Essas dificuldades têm imposto limites à constituição da Coordenação Político-Pedagógica (CPP) da Rede de Formação Socioambiental, o que coloca a necessidade de flexibilizar a sua constituição no sentido de iniciar o processo sem ter a CPP totalmente composta com todos os integrantes (30), como explicado anteriormente.

II.2.4 Perspectivas futuras – caminhos a percorrer

Com a entrada em campo de forma presencial (setembro), o debate sobre a Rede de Formação Socioambiental começa a se intensificar. A perspectiva é realizar a 1ª Reunião da CPP em novembro/dezembro de 2021. Assim, em 2022, o foco das ações estará na constituição da Rede sem, contudo, perder de vista as demandas territoriais e a articulação entre comunidades e temáticas afins.

Para isso, a estratégia a ser desenvolvida terá como eixo a articulação entre os mesoterritórios (demandas/iniciativas concretas), os blocos temáticos, a Rede de formação e os projetos territorializados de aprendizagem (antigos projetos experimentais). Nesta perspectiva, os Blocos temáticos (reuniões temáticas mensais e reuniões temáticas ampliadas) serão espaços privilegiados de reflexão-ação sobre a realidade concreta. Nestes espaços, serão discutidos e refletidos temas para a Rede de Formação e para a pesquisa, bem como o mapeamento de iniciativas potenciais para efetivação de ações estruturantes (projetos territorializados).

As reuniões de mesoterritório também serão privilegiadas como espaço de reflexão sobre o território e definição de estratégias de atuação, sempre com a perspectiva de articular a Rede de Formação e as demandas concretas das comunidades.

Assim, para o próximo período, a proposta é intensificar as AFs nas comunidades, as AFs agrupadas entre comunidades e os intercâmbios/partilhas como ações fundamentais para o processo organizativo, além de articular estas atividades com a proposta da Rede de Formação Socioambiental.

Além disso, com a constituição da CPP, espera-se alavancar o processo de elaboração do pré-projeto político pedagógico, de planejamento da construção da estrutura física da rede, assim como avançar no entendimento dos projetos territorializados de aprendizagem.

III. EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA ANUAL

ATIVIDADE	2020			2021								
	outubro	novembro	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro
Formação Inicial Equipe e Planejamento de Campo												
Oficina de planejamento OTSS												
Oficinas de Formação e Planejamento de Campo - OFPC												
Reuniões de planejamento de Campo												
Plano de Trabalho Fase II Atualizado												
Revisão e atualização do Plano de Trabalho Fase II												
Formação Continuada da Equipe												
Reuniões quinzenais com a equipe/mesoterritório												
Fortalecimento dos Processos Organizativos												
Visitas de convivência												
Reuniões Comissões de Base												
Ações formativas												
Criação da CPP												
Oficinas de Formação e Planejamento de Campo - OFPC												
Elaboração teórica sobre os temas que subsidiarão o processo educativo												
Reunião temática mensal												
Reuniões temáticas ampliadas												
Ações de comunicação												
Elaboração do audiovisual e boletim anual												
Elaboração do "kit chegança"												
Produzir conteúdos especiais entre podcasts e reportagens												
Produzir posts em redes sociais com a cobertura de atividades do projeto												
Realizar atividades de formação da equipe PEA em comunicação popular e Educomunicação												

Sistematização e pesquisa												
Levantamento e Sistematização de dados secundários												
Diagnóstico Covid-19 e sobre uso de instrumentos de comunicação remota junto ao público do PEA Costa Verde												
Análise da organização das comunidades												
Avaliação Continuada e Permanente do Projeto												

Constata-se que, em relação aos custos empregados, o fluxo de caixa do projeto é saudável até o momento e vem sendo adimplido conforme execução físico-financeira prevista.

IV. EQUIPE TÉCNICA

Profissional	Leonardo Esteves Freitas
Empresa	Fiotec
Registro no Conselho de Classe	29991-02
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	4151740
Responsável pela (s) Seção(os)	Leonardo Esteves de Freitas
Assinatura	

V. ANEXOS

ANEXO I - Mapas de localização das comunidades do Projeto Redes.

ANEXO II - Resumo das principais atividades desenvolvidas com a equipe executora do Projeto Redes.

ANEXO III - Total de atividades realizadas com os grupos comunitários no primeiro ano de execução do Projeto Redes

ANEXO IV - Atividades realizadas em formato presencial

ANEXO V - Levantamento e Sistematização de dados secundários

ANEXO VI - Análise da Organização das Comunidades

ANEXO VII - Diagnóstico Covid-19 e sobre uso de instrumentos de comunicação remota junto ao público do Projeto Redes

ANEXO VIII - Identificação das perdas e danos sofridos pelas comunidades tradicionais em decorrência da cadeia produtiva de petróleo e gás